

Santarém, 24 de janeiro de 2026

Ao Presidente da República Federativa do Brasil;

Ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI);

À Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (Brasília);

À Secretaria Geral da Presidência (SGP);

Ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);

Ao Ministério de Portos e Aeroportos

Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

À Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS)

Assunto: Manifesto em Defesa do Rio Tapajós e Solicitação de presença da Presidência, Ministério dos Povos Indígenas e demais órgãos

Nós, povos indígenas do Baixo Tapajós, juntamente com os movimentos sociais, organizações populares e entidades que constroem esta luta coletiva, tornamos público este Manifesto Coletivo em Defesa do Rio Tapajós, e das vidas que dependem do mesmo, como expressão legítima de resistência frente às múltiplas ameaças que se impõem sobre nosso território.

Manifestamos nossa posição firme e inegociável contra o Decreto nº 12.600/2025, bem como contra a privatização do Rio Tapajós, a dragagem, as hidrovias e todos os projetos de infraestrutura e exploração econômica que ameaçam diretamente nossos modos de vida, nossas territorialidades, nossa autonomia e a existência física, cultural e espiritual dos povos originários da Amazônia. O Decreto nº 12.600/2025 abre caminho para a concessão do Rio Tapajós à iniciativa privada, permitindo que empresas passem a assumir a gestão, a dragagem e a manutenção do rio. Tal medida aprofunda um modelo de desenvolvimento excludente, colonial e predatório, que prioriza o lucro de grandes empreendimentos em detrimento da vida,

dos direitos coletivos e da proteção dos bens comuns. Essa medida trata o Tapajós como mercadoria e ignora deliberadamente a presença histórica dos povos indígenas e comunidades tradicionais, violando direitos originários garantidos pela Constituição Federal e por tratados internacionais.

Para nós, povos indígenas e comunidades tradicionais do Baixo Tapajós, o Rio Tapajós não é uma via de escoamento de commodities, nem um ativo econômico a ser explorado. O rio é território vivo, sagrado e indivisível. Ele sustenta nossos corpos, nossas culturas, nossos sistemas alimentares, nossas práticas espirituais e nossa organização social. É no Tapajós que estão enterrados nossos ancestrais e é dele que depende a continuidade da vida das futuras gerações. Ele é território vivo, sagrado, fonte de alimento, espiritualidade, memória ancestral e base do Bem Viver dos nossos povos. Qualquer projeto imposto sem consulta livre, prévia e informada é ilegítimo e inaceitável.

Neste contexto de violências históricas e violações reiteradas de direitos, encontramo-nos em ocupação como forma legítima de resistência, denúncia e proteção do território. A ocupação é uma ação política coletiva que expressa o esgotamento das tentativas de diálogo institucional sem respostas efetivas e reafirma que nossa luta é pela vida, pelo território e pelo futuro das próximas gerações. A criminalização das mobilizações populares e indígenas não nos silenciará. Seguiremos em luta enquanto nossos direitos forem ignorados e enquanto decisões continuarem sendo tomadas sem a nossa participação direta.

Diante da gravidade da situação e da urgência que o momento exige, solicitamos formalmente a presença imediata, no local da ocupação, das seguintes instituições do Governo Federal, para diálogo direto com os povos e movimentos que estão na linha de frente da defesa do Rio Tapajós:

- Presidente da República Federativa do Brasil;
- Secretaria Geral da Presidência;
- Ministério dos Povos Indígenas (MPI);
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (Brasília);
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- Ministério de Portos e Aeroportos
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

- Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMAS)

A presença desses órgãos é fundamental para garantir a escuta qualificada das denúncias, das demandas e das reivindicações apresentadas neste território, bem como para a construção de encaminhamentos concretos que assegurem a proteção do Rio Tapajós, o respeito aos direitos originários e a suspensão imediata de quaisquer iniciativas de privatização, dragagem ou implementação de hidrovias.

Reafirmamos que não aceitaremos decisões tomadas sem nossa participação, sem respeito aos nossos direitos e sem considerar a relação ancestral que mantemos com o Rio Tapajós. Exigimos o cumprimento da Constituição Federal, da Convenção 169 da OIT e de todos os instrumentos legais nacionais e internacionais, que garantem nossos direitos, bem como a garantia do direito à consulta livre, prévia e informada.

Nossa luta é contra um projeto de morte que transforma rios, florestas e territórios em mercadorias, exigimos a renovação do Decreto 12.600/25, que mercantiliza e avança com as violências sobre nossos corpos e territórios. Seguiremos mobilizados até que o Rio Tapajós seja respeitado como sujeitos de direitos, que vive e deve ser livre de privatização e de empreendimentos que ameaçam todas as vidas.

Rio Tapajós livre de privatização!

Não à dragagem, não às hidrovias!

Território não se vende, se defende!

Santarém/PA, 24 de janeiro de 2026.

Assinam este documento:

MOVIMENTO INDÍGENA DO BAIXO TAPAJÓS E MOVIMENTOS SOCIAIS

CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS ARAPIUNS - CITA

CONSELHO INDÍGENA TUPINAMBÁ – CITUPI

CONSELHO INDÍGENA DA TERRA PRETA COBRA GRANDE - COINTECOG

CONSELHO INDÍGENA DO PLANALTON – CIP

CONSELHO INDÍGENA TERRITÓRIO KUMARUARA - CTK

COLETIVO JOVEM TAPAJÔNICO – CJT

COLETIVO JUVENTUDE DE CASTANHAL - CJC

GRUPO CONSCIENCIA INDÍGENA - GCI

DIRETÓRIO ACADÊMICO INDÍGENA - DAIN

SINTEPP REGIONAL OESTE

UNIÃO DOS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR DE SANTARÉM – UES

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UEPA- ANDES/SN

PASTORAL SOCIOAMBIENTAL ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM – PÁ

COOPERATIVA MISTA AGROEXTRATIVISTA DAS COMUNIDADES E ALDEIAS DA RESEX TAPAJÓS ARAPIUNS – COOPERRIOS

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO FLUVIAL DE ALTER DO CHÃO – ATUFA

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA BORARI DE ALTER DO CHÃO

SOCIEDADE PARA PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE – SAPOPEMA

SEÇÃO SINDICAL DO DOCENTES DA UEPA -ANDES/SN

MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO – MTV

PCBR - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO

UJC SANTARÉM - UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA – CAGEO/UFOPA

MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA TODOS

SIND UFOPA

NUCLEO DE PESQUISA SOBRE O ESPAÇO, POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL - NEPES

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO IGARAPÉ AÇÚ DE ITUQUI – ARQIAI

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL – CRB PA/AP

CONFERÊNCIA DA FAMÍLIA FRANCISCANA DO BRASIL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SANTARÉM

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITARIOS DE BELTERRA – AEUB

COLETIVO ANARQUISTA TAPAJOARA – CATA

ISNTITUTO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL/ UFOPA

COLETIVO BATUQUE SANTARENO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP10/PA-AP

ALIANÇA DOS POVOS PELO CLIMA

COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS AS KARUANA

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS SURARA DO TAPAJÓS

CUSTÓDIA FRANCISCANA SÃO BENEDITO DA AMAZÔNIA – OFM

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA IWÍ PURANGA

Demais movimentos e organizações que constroem esta luta coletiva